

Síntese

Estudo sobre a Liberalização

do Mercado das Pescas

Overview

Fisheries Market Liberalisation Study

Portuguese translation

As sínteses são excertos de publicações da OCDE, encontrando-se
livremente disponíveis na livraria em linha:

www.oecd.org/bookshop

Esta síntese não é uma tradução oficial da OCDE.



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT
ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

INTRODUÇÃO*

Declaração do Comité das Pescas

No seu Programa de Trabalho para 2000-2002, o Comité das Pescas lançou um Estudo sobre a Liberalização do Mercado das Pescas, com os seguintes objectivos:

Um estudo que explorará os fluxos regionais e mundiais do comércio das pescas, os seus assuntos e problemas. Incluirá uma análise da influência das reduções dos níveis actuais de tarifas e das alterações das barreiras não tarifárias na produção e comércio das pescas. Além disso, o estudo explorará os efeitos das alterações das restrições ao investimento, do acesso aos serviços e dos subsídios para o sector das pescas, assim como outros factores relevantes.

Até agora, o Comité das Pescas desenvolveu um inventário de medidas tarifárias e não tarifárias, transferências financeiras governamentais relevantes, medidas de investimento e serviço nas pescas através dos países da OCDE, uma base de dados sobre medidas tarifárias, uma estrutura analítica e começou o trabalho de envergadura relativo à análise dos efeitos da liberalização do mercado para cada uma das sete medidas identificadas.

A estrutura analítica desenvolvida pelo Estudo sublinha a importância central do nível de exploração dos recursos e do regime de gestão das pescas para determinar a extensão da influência da liberalização do mercado na sustentabilidade do comércio e dos recursos. Estas ligações estão cada vez mais a ganhar protagonismo nas discussões internacionais sobre a liberalização do mercado das pescas.

O estudo é relevante para o processo de Doha da OMC e também está ligado a desenvolvimentos noutros fóruns internacionais sobre assuntos ligados às pescas, em particular:

- Plano Internacional de Acção da FAO para a Gestão da Capacidade de Pesca e o Plano Internacional da FAO para a Prevenção, Impedimento e Eliminação da Pesca Ilegal, Não Comunicada e Não Regulamentada, e
- acções empreendidas pelos acordos regionais relevantes sobre a gestão das pescas de acordo com a Convenção sobre a Lei Marítima das Nações Unidas (UNCLOS) e o Acordo sobre as Unidades Populacionais de Peixe das Nações Unidas.

* . Esta introdução foi adoptada como Declaração pela reunião do Comité das Pescas em Outubro de 2002

O Estudo é fruto de discussões abrangentes sobre os vários assuntos relacionados com a liberalização do mercado das pescas dentro do Comité das Pescas. Devido à importância do trabalho levado e o alinhamento temporal com desenvolvimentos noutros fóruns internacionais, nomeadamente o lançamento da negociação comercial multilateral da OMC no seguimento da Declaração de Doha, o Comité decidiu tornar este trabalho disponível para o público. Ao finalizar este trabalho, o Comité também apresentou uma Declaração, um Sumário Executivo e um relatório de Síntese destacando os pontos chaves que emanaram deste Estudo. Durante a sua 90.^a sessão, em Outubro de 2002, o Comité das Pescas decidiu tornar público este trabalho e respectivo material de suporte.

PREFÁCIO

Este Estudo é fruto de discussões abrangentes sobre os vários assuntos relacionados com a liberalização do mercado das pescas dentro do Comité das Pescas no âmbito do Programa de Trabalho para 2000-2002. Ao finalizar este trabalho, o Comité também apresentou uma Declaração, um Sumário Executivo e um relatório de Síntese destacando os pontos chaves que emanaram deste Estudo. Durante a sua 90.^a sessão, em Outubro de 2002, o Comité das Pescas decidiu tornar público este trabalho e respectivo material de suporte.

Agradecimentos

Este relatório foi preparado com a participação activa e a ajuda de Países Membros da OCDE. Uma ajuda especial foi dada pelas autoridades dinamarquesas, norueguesas e coreanas através de vários destacamentos. Estes incluíam o Sr. Max Nielsen (do destacamento do Instituto Dinamarquês de Investigação da Economia Alimentar), que foi responsável pelo desenvolvimento da análise tarifária, o Sr. Trine Trollvik (destacado do Conselho Norueguês de Exportação de Peixe e Marisco), que foi fundamental na construção da base de dados de tarifas e o Sr. Ki-Jeong Jeon (destacado pelas autoridades de pesca coreanas), que é o autor do capítulo sobre os Mercados e Tendências de Recursos.

A Divisão de Pescas da OCDE forneceu a orientação e coordenação global no desenvolvimento deste estudo.

Sumário executivo

Este Estudo, que o Comité das Pescas da OCDE integrou no seu Programa de Trabalho para 2000-2002, apresenta uma descrição das tendências do comércio mundial da pesca e situação dos recursos. O Estudo também apresenta uma síntese dos instrumentos políticos de comércio e de mercado que são aplicados nos países da OCDE relativamente ao comércio de peixe e produtos piscícolas. Além disso, o Estudo analisa os prováveis resultados da liberalização do mercado no sector das pescas e discute os efeitos da liberalização do comércio e dos recursos.

O comércio internacional de peixe e de produtos piscícolas aumentou substancialmente nas últimas décadas. Existe um fluxo significativo de comércio dos países em vias de desenvolvimento para os países da OCDE e este constitui o principal mercado de peixe. Várias espécies e produtos diferentes são comercializados; no entanto, a principal fatia do comércio internacional cabe ao peixe demersal, ao atum e ao camarão. Os produtos piscícolas provêm tanto da captura através de pesca como da aquacultura. A aquacultura tem vindo a ganhar importância, uma vez que muitas das unidades populacionais de peixe atingiram (ou chegaram mesmo a ultrapassar) os seus níveis máximos de rendimento sustentável.

As taxas tarifárias e estruturas aplicadas pelos países da OCDE são complexas. De forma geral, existe uma grande variedade de níveis de impostos, que vão de taxas relativamente baixas a níveis muito acima daquilo que se pode considerar tarifas elevadas. Existe uma ampla utilização de acordos tarifários preferenciais e uma redução complementar das tarifas gerais pode reduzir o valor destas preferências. No comércio de peixe e de produtos piscícolas, estão implementadas diversas barreiras não tarifárias, assim como requisitos técnicos de importação e regulamentos sanitários. As transferências financeiras governamentais podem ser um motivo de preocupação, pois algumas comprometem frequentemente a rentabilidade das pescas, uma vez que entra mais capacidade na indústria. Esta situação tornar-se-á mais complicada a não ser que se implementem regimes adequados de gestão de frotas. Existem poucos países da OCDE que permitem um fluxo livre de investimentos no sector da exploração.

Normalmente, o afrouxamento das barreiras trará ganhos tanto para os exportadores como para os importadores. No entanto, este pode não ser o caso das pescas, uma vez que o sistema de gestão das pescas e o nível de pesca determinarão até que ponto o fornecimento de peixe ao mercado poderá alterar-se. Ao considerar a liberalização do mercado, é importante que os instrumentos de política sejam analisados tendo em conta a situação específica das pescas, ou seja, a estrutura de gestão das pescas, o nível de exploração, situação de importação e exportação, etc.

A análise efectuada neste Estudo identificou a aquacultura, unidades populacionais partilhadas e pescas em alto mar não sujeitas a gestão, pescas ao abrigo de acordos de acesso bilateral, pescas sub-exploradas e pescas multi-espécies como as áreas onde os efeitos sobre o comércio e os recursos devidos à liberalização do mercado possam merecer uma atenção particular.

O Estudo conclui que existe espaço para uma maior liberalização de mercado no sector das pescas. Isto diz particularmente respeito a barreiras tarifárias e não tarifárias, transferências financeiras governamentais, serviços e investimentos. Os benefícios totais da liberalização do mercado apenas seriam atingidos, sem comprometer a sustentabilidade, se forem implementados regimes adequados de gestão das pescas. Para maximizar os benefícios sociais, as políticas deveriam visar simultaneamente a liberalização do mercado e melhorias na gestão das pescas.

Uma vez que os países da OCDE apresentam uma variedade de estruturas de políticas de pesca, os efeitos sobre o comércio e os recursos variarão consideravelmente consoante a pesca e os países. A este respeito, o Estudo sublinha o facto de ser necessário mais trabalho em várias áreas para obter uma maior compreensão dos resultados da liberalização do mercado e, nomeadamente, das transferências financeiras governamentais, investimentos e serviços e das ligações com actividades de pesca ilegais, não comunicadas e não regulamentadas e de navios com pavilhão de conveniência.

Índice

Introdução

Prefácio

Sumário executivo

Relatório de síntese

1. Introdução
2. Tendências no Comércio das Pescas e Situação dos Recursos
3. Comércio, Investimento e Políticas de Mercado nas Pescas
4. Estrutura Analítica
5. Liberalização do Mercado: Casos Especiais com Implicações nos Recursos e no Comércio
6. Ligar a Teoria à Prática
7. Conclusões e Trabalho Complementar

I. Mercados e tendências de recursos

1. Introdução
2. Síntese do Estado dos Principais Recursos de Pescas
3. Síntese do Comércio de Produtos das Pescas
4. Peixe Demersal
5. Atum
6. Camarão
7. Salmão
8. Arenque
9. Cavala
10. Sardinha e sardinha europeia
11. Cefalópodes
12. Farinha e Óleo de Peixe

II. Avaliação preliminar

1. Introdução
 2. Medidas Tarifárias
 3. Medidas Não Tarifárias
 4. Transferências Financeiras Governamentais
 5. Requisitos Sanitários e de Higiene
 6. Requisitos Técnicos de Importação
 7. Acesso a Portos/Empreendimentos Conjuntos/Vendas Paralelas/Desembarques Directos
 8. Restrição sobre os Investimentos
 9. Restrições sobre os Serviços
- Anexo 1. Análise da Literatura sobre as Implicações das Reduções Tarifárias
Anexo 2. Médias Ponderadas de Tarifas Comerciais
Anexo 3. Acordos Tarifários Preferenciais
Anexo 4. Uma Breve Análise das Principais Medidas de Gestão Aplicadas pelos Países da

OCDE

Anexo 5. Estimativas de Transferências Financeiras Governamentais para as Pescas de Captura Marítima nos Países da OCDE – 1997-1999

Anexo 6. Espécies de Peixes no CITES, Lista I e III

Anexo 7. Relações da AELC com Países Terceiros

Anexo 8. Investimentos Directos Estrangeiros

Literatura e Sites da Internet Consultados

III. Estrutura analítica

- a) Proposta para uma classificação analítica
 1. Antecedentes
 2. Aquacultura
 3. Pescas em Alto Mar (que não estão sujeitas a regimes de gestão)
 4. Pescas Efectuadas em Países Terceiros ao Abrigo de Acordos de Acesso Bilateral
 5. Pescas Sub-exploradas com Potencial de Desenvolvimento
 6. Recapitulação e Algumas Observações Finais
- b) . Efeitos da liberalização do comércio sobre a pesca, serviços de pesca e investimento em navios de pesca
 1. Introdução
 2. Regimes de Gestão
 3. Dinâmica da Pesca sob Acesso Aberto
 4. Efeitos da Eliminação das Barreiras ao Comércio
 5. Comércio nos Produtos de Pesca
 6. Transferências Financeiras Governamentais
 7. Investimento
 8. Comércio nos Serviços de Pesca
 9. Conclusão
- c) . Efeitos da liberalização do comércio sobre a oferta em regimes seleccionados de gestão das pescas
 1. Introdução
 2. Resposta de Oferta na Aquacultura
 3. Respostas de Oferta em Unidades Populacionais Partilhadas e nas Pescas em Alto Mar
 4. Unidades Populacionais ao Abrigo de Acordos de Acesso Bilateral
 5. Resposta de Oferta em Pescas Sub-exploradas
 6. Resposta de Oferta em Pescas Multi-espécies
 7. Conclusão

IV. Inventário de medidas tarifárias e não tarifárias, medidas de assistência e restrições sobre os investimentos e serviços: contribuições nacionais

Austrália

Canadá

União Europeia

Islândia

Japão

Coreia

México

Nova Zelândia
Noruega
Polónia
Turquia
Estados Unidos

V. Inventário de medidas de investimento

Introdução
O Código de Liberalização de Movimentos de Capital da OCDE
Austrália
Bélgica
Canadá
Dinamarca
Finlândia
França
Alemanha
Grécia
Islândia
Irlanda
Itália
Japão
Coreia
México
Holanda
Nova Zelândia
Noruega
Polónia
Portugal
Espanha
Suécia
Turquia
Reino Unido
Estados Unidos

VI. Estudos de caso e outra documentação

Japão – Impacto da Liberalização de Mercado sobre os Recursos de Pesca: Um Caso da Pesca de Atum
Japão – A Economia dos Navios de Pesca de Atum com Pavilhão de Conveniência
Japão – Análise dos Factores que Determinam as Tendências Decrescentes do Atum
Patudo: Recursos no Oceano Índico
Espanha – Alguma Experiência do Sector Espanhol das Pescas: Medidas Não Tarifárias e Soluções
Organização Mundial de Comércio – Relatório de Informação e Tarifas

Esta síntese é uma tradução dos excertos da publicação original da OCDE publicada com os seguintes títulos em Inglês e Francês:

**Fisheries Market Liberalisation Study
Etude sur la libéralisation du secteur de la pêche
© 2003, OECD.**

As publicações e as sínteses da OCDE estão disponíveis na livraria em linha da OCDE no website www.oecd.org/bookshop/

Na livraria em linha da OCDE, no campo "Title Search", digite "overview" ou digite o título da publicação em Inglês (as sínteses são unidas pelo título original em Inglês).

As sínteses são preparadas pela Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.
e-mail: rights@oecd.org / Fax: +33 1 45 24 13 91



© OECD, 2003

A reprodução desta síntese é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.